

★ continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Expresso em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)**

1. Contexto operacional: 1.1 Informações gerais: A Yara Brasil Fertilizantes S.A. ("Yara", "Yara Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, cujo controle é exercido pelo grupo norueguês Yara. A sede social está localizada na Av. Carlos Gomes, 1672, Porto Alegre - RS. A Companhia comercializa soluções para nutrição de culturas baseadas na produção de fertilizantes, incluindo um amplo portfólio de produtos à base de nitrogênio e fertilizante composto (NPK) que contém todos os três principais nutrientes das plantas: nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K), bem como soluções foliares e de fertirrigação através de micronutrientes. O segmento de Soluções Industriais fornece, principalmente, alternativas e serviços baseados em nitrogênio para uma gama de setores incluindo os setores automotivos, de construção e ração animal. O segmento desenvolve suas atividades por meio das unidades de produtos químicos básicos e nitratos industriais. A Yara Brasil possui sede em Porto Alegre e escritório em São Paulo, opera com 5 fábricas de produção (sendo uma delas de fertilizante líquido), 13 unidades misturadoras de fertilizantes com presença nos principais polos de produção agrícola do Brasil e uma unidade portuária própria. As controladas e coligadas estão relacionadas na nota explicativa nº 11. A Companhia é acionista da Orbia, com razão social da Rede Agro Fidelidade e Intermediação S.A., com participação de 12,21%. A Orbia é uma plataforma de comércio digital do agronegócio e funciona como um *marketplace* de insumos agrícolas e programas de pontos, com olhar às necessidades dos produtores rurais. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2025. **1.2 Capital circulante negativo:** Em 31 de dezembro de 2024, a Yara apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 775.783 (R\$ 1.364.883 em 31 de dezembro de 2023). O passivo circulante consolidado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.806.175 (R\$ 6.570.844 em 31 de dezembro de 2023) e desse total, a Companhia possui contas a pagar com o acionista controlador no montante de R\$ 4.910.740 (R\$ 3.864.280 em 31 de dezembro de 2023). A Administração da Companhia obteve confirmação que terá o contínuo suporte da casa matriz e que as linhas de créditos serão mantidas e renovadas na medida necessária, dessa forma as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia. **2. Políticas contábeis materiais: 2.1 Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Yara incluem as demonstrações financeiras da controladora e o consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados e convertidos em normas através das resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Yara, com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros, mensurados ao seu valor justo no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **2.2 Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Yara e de sua controlada a seguir relacionada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios sobre suas atividades.

Empresa consolidada	Tipo de controlada	Participação			
		2024	2023		
Indústria de Fertilizantes de Cubatão S.A. (IFC)	Direta	54,99%	54,99%		
Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controladora e as controladas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na rubrica de "Participações dos acionistas não controladores". Lucros não realizados entre operações com a controladora e controlada são eliminados na avaliação dos investimentos. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada direta são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. 2.3 Combinação de negócios: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. O ágio resultante de uma combinação de negócios representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis na respectiva data de aquisição. O ágio não é amortizado, sendo sujeito ao teste de <i>impairment</i> anualmente ou sempre que existir indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por <i>impairment</i> é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. 2.4 Demonstrações financeiras individuais: Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPAC 09 (R3) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial, esta interpretação requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Yara no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. 2.5 Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são mantidas para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins. 2.6 Reconhecimento de receita: De acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente, a receita é reconhecida na extensão em que a Companhia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente. É mensurada a valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. 2.7 Arrendamentos: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato, reconhecendo um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja arrendatária. Exceções se aplicam para arrendamento de prazo de no máximo doze meses e arrendamentos de ativos de baixo valor como computadores pessoais e pequenos itens de móveis de escritórios. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Yara usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada do balanço patrimonial. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na data ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são posteriormente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada do balanço patrimonial. 2.8 Moeda estrangeira: Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final do exercício, os itens monetários em					

moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.9 Tributos sobre o lucro:** O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 9%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal. O imposto de renda e contribuição social diferidos (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável a geração de lucro tributável futuro para sua realização. A análise da realização do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício, sendo o saldo ajustado na medida em que a realização não seja mais provável. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.10 Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, exceto para terrenos e construções em andamento. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.11 Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **2.12 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis e intangíveis:** Ao final de cada exercício, a Companhia analisa se há indicações de que o valor contábil de um ativo, tangível ou intangível, não será recuperado. Caso haja indicação, o montante recuperável do ativo é estimado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e saldos de ágio originados da combinação de negócios são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano, e sempre que houver qualquer indicação de perda de valor recuperável. O montante recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) o valor justo menos os custos de venda; e (b) o valor em uso, que é mensurado com base nos fluxos de caixa futuros descontados, antes dos impostos. Se o montante recuperável de um ativo for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.13 Bens destinados à venda:** Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável por meio de uma venda e não pelo seu uso contínuo e quando essa venda estiver praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. **2.14 Contas a receber:** Estão apresentadas a valores de custo amortizado, menos perdas do valor recuperável, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes ao final do exercício. As contas a receber de clientes são ajustadas a valor presente, considerando a taxa prevista no pedido de venda. A provisão para riscos de créditos é calculada com base nas perdas estimadas na análise de cada crédito e seu montante é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização do saldo das contas a receber. **2.15 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção (absorção). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **2.16 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas obrigações estão reconhecidas pelo valor de custo, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **2.17 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações legais ou decorrentes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação ao final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, a provisão é mensurada com base no desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.18 Obrigações com desmobilização de ativos:** As obrigações para desmobilização de ativos constituem-se principalmente de custos com encerramento de atividades. A mensuração inicial é reconhecida como obrigação descontada a valor presente e acrescida às variações nos resultados. O custo de desmobilização de ativos é equivalente à obrigação inicial, sendo capitalizada como parte do valor contábil do ativo e subsequentemente amortizado durante o período de vida útil do ativo. **2.19 Benefícios a empregados: 2.19.1 Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no Programa de Participação nos Resultados (PPR), que é um sistema coletivo de bônus para todos os empregados efetivos da Yara. O reconhecimento ocorre por meio do pagamento de valores preestabelecidos de acordo com os resultados atingidos. **2.19.2 Demais benefícios:** A Companhia tem vários planos de benefícios aos empregados, planos de assistência médica, fundo de pensão de previdência privada, auxílio-creche, licença-maternidade e paternidade estendida, entre outros que são mensurados pelo montante dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca dos serviços prestados. **2.20 Custos dos empréstimos:** Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o

ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **2.21 Instrumentos financeiros: 2.21.1 Ativos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, ela reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo, a soma da contrapartida recebida e a receber e os ganhos ou perdas acumuladas são reconhecidos no resultado. **2.21.2 Método de juros efetivos:** O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia capitaliza os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável. A capitalização cessa quando as atividades necessárias para preparar o ativo para o uso pretendido estejam completadas. **2.21.3 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros, incluindo os empréstimos, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **2.21.4 Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são, posteriormente, remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio. A nota explicativa nº 19 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. **2.22 Normas e interpretações técnicas novas, revisadas e emitidas:** As emissões e alterações de normas efetuadas que são efetivas para o exercício de 2024 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: • Alterações na IFRS 10/CPC 36 (R3) e na IAS 28/CPC 18 (R3) - Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto; • Alterações na IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação do passivo como circulante ou não circulante; • Alterações na IAS 1 - Passivo não circulante com *covenants*; • Alterações na IAS 7 e na IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores; • Alterações na IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de *sale and leaseback*. Adicionalmente a Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis: • Alterações na IAS 21 - Falta de conversibilidade; • IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras; • IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. Os IFRS e as alterações nas outras normas somente entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **3. Estimativas contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas. A revisão pode afetar apenas este período, ou também períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **3.1 Imposto de renda diferido e contribuição social:** Projeções de lucro preparadas pela Companhia, as quais contêm muitas premissas e julgamentos e que objetivam mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros para suportar a realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo reconhecidos. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor do que as estimativas efetuadas ao determinar a necessidade de reconhecer o imposto de renda e a contribuição social. **3.2 Vida útil dos bens do imobilizado:** A vida útil dos ativos pode variar devido a vários fatores. A vida útil dos bens do imobilizado também afeta o custo do teste de recuperação. **3.3 Redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos:** No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa os saldos do imobilizado e do intangível, incluindo ágio gerado em combinação de negócios, avaliando se há uma indicação de que esses ativos sofreram uma redução em seus valores recuperáveis (valor em uso). A Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável de cada ativo, calculando o fluxo de caixa futuro individual descontado ao valor presente, ajustando o saldo dos respectivos ativos, se necessário. **3.4 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa de desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluindo a avaliação de consultores jurídicos. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.5 Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios:** Quando realizada alguma combinação de negócio, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, os custos da entidade adquirida devem ser alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos, com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença a maior entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos a valor justo e na determinação da sua vida útil remanescente. Geralmente são contratados especialistas externos de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativas de fluxos de caixa descontados ou taxas de descontos e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. **3.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Quando há indicação de redução ao valor

recuperável, a diretoria da Companhia considera a estimativa de fluxos de caixa futuros. O montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo perdas de crédito futuras que foram incorridas, descontado à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro, ou seja, a taxa de juros efetiva computada no reconhecimento inicial. **3.7 Provisão para riscos ambientais, civis, trabalhistas e tributários:** A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos, de natureza fiscal, civis, trabalhistas e ambientais, conforme descrito na nota explicativa nº 25. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. **3.8 Provisão para desmobilização de ativos:** A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de um ativo no período em que ocorrerem, conforme nota explicativa nº 26. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. **3.9 Mensuração ao valor justo e processos de avaliação:** Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações disponíveis, são utilizados a valores justos cotados pelas instituições financeiras contrapartes. A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) ao valor justo em cada data de divulgação das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo. É estabelecida uma hierarquia de três níveis de informações para o valor justo que devem ser utilizados na mensuração: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. • Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. A Companhia possui apenas instrumentos mensurados no Nível 2. **4. Venda de ativos:** Em 29 de fevereiro de 2024 foi celebrada a venda das unidades de Alto Araguaia - MT e Rondonópolis 4 - MT para a empresa Fertilvo Indústria e Comércio pelo valor de R\$ 34.000. O custo da baixa registrado correspondente a essa operação foi de R\$ 21.010. Em agosto de 2024 foi efetivada a venda da unidade de Jaú - SP para a empresa Fassaago pelo valor de R\$ 46.000. A transferência para o grupo disponível para venda foi realizada em junho de 2024 no total de R\$ 12.761 (ativos e passivos). A decisão está alinhada à estratégia de negócios da Yara, focada na oferta de produtos e soluções de alta tecnologia aos clientes e em garantir maior rentabilidade para a Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo dessa rubrica no final do exercício está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	9	15	9	15
Bancos	27.181	7.348	27.185	20.720
Aplicações financeiras	427.135	279.849	440.046	279.849
Total	454.325	287.212	467.240	300.584

Aplicações financeiras incluem Certificado de Crédito do Agronegócio - CDCA, debêntures e operações da modalidade compromissada onde o rendimento médio foi de 91% da variação do CDI (89% em 2023). A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.910.961	1.853.791
Contas a receber de clientes - no exterior	38.306	3.865
(-) Ajuste a valor presente	(66.044)	(81.601)
(-) Provisão para risco de crédito	(202.986)	(190.817)
Total do contas a receber	1.680.237	1.585.238

A composição de contas a receber de clientes por vencimento, líquida do ajuste a valor presente:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Valores a vencer	1.373.518	1.366.731
Vencidos:		
Até 30 dias	62.682	34.897
Entre 31 e 60 dias	17.380	12.607
Entre 61 e 90 dias	38.403	30.875
Entre 91 e 180 dias	59.630	64.536
Acima de 181 dias	331.610	266.309
(-) Provisão para risco de crédito	(202.986)	(190.817)
Total no contas a receber	1.680.237	1.585.238

A Companhia possui seguro para risco de crédito, conforme divulgado na nota explicativa nº 33. Com base na análise fundamentalista de cada cliente e para atenuar o risco com perdas nos recebimentos, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise que contempla o histórico de perdas, a situação individual do cliente, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos, o patrimônio do cliente livre de ônus e a avaliação dos consultores jurídicos. Essa provisão é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Do saldo de valores vencidos até 31 de dezembro de 2024 o total de R\$ 52.429 (R\$ 41.537 em 31 de dezembro 2023) possui garantias sólidas com alienação fiduciária de bens. A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	(190.817)	(162.418)
Créditos provisionados	(115.884)	(59.127)
Créditos recuperados no período	101.464	27.989
Créditos baixados definitivamente	2.051	2.839
Saldo final	(202.986)	(190.817)

7. Estoques:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Produtos prontos	252.221	127.232
Matérias-primas e produtos em elaboração ⁽¹⁾	1.409.386	1.338.735
Estoque em poder de terceiros	1.052.482	699.094
Embalagens	54.860	56.693
Importação em andamento	1.304.714	724.964
Almoxarifado	235.232	161.839
(-) Provisão para realização de estoque	(90.449)	(65.176)
Total	4.218.446	3.043.381

⁽¹⁾ São considerados como "Matérias-primas e produtos em elaboração", os materiais que serão submetidos, no mínimo, a um dos seguintes processos: mistura, envase ou embalo. A movimentação da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	(65.176)	(182.215)
Provisão	(161.240)	(273.495)
Reversão	135.967	390.534
Saldo final	(90.449)	(65.176)

8. Créditos tributários: O saldo dos créditos tributários está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	138.671	1.738	138.671	1.738
ICMS a recuperar	138.671	1.738	138.671	1.738
Pis e Cofins a recuperar ⁽¹⁾	190.536	52.406	190.536	52.406

Imposto de renda e contribuição social a compensar - 5 1.163 689

Outros tributos a recuperar - 4.303 5.152 4.303 5.152

Total - 333.510 59.301 334.673 59.985